



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26/10/2015
(Contém folhas)

ATA Nº 26

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:

Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	PSD
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereadores:		



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 26/10/2015

ATA Nº 26

----- Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento do Sr. Presidente, por se encontrar numa Missão de Estudo na Holanda, no âmbito do Programa CAPACITAR. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 12 de outubro de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Comissão de Melhoramentos de Porto de Vacas

----- Foi presente um convite da Comissão de Melhoramentos de Porto de Vacas, para o magusto que vão levar a efeito naquela localidade, no dia 1 de novembro do corrente ano. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.2 - Município de Góis

- Moção - Pela Defesa de Acessibilidades do Concelho de Góis -
IP3/EN342



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um ofício da Câmara Municipal de Góis, a remeter a Moção - Pela Defesa de Acessibilidade do Concelho de Góis - IP3/EN342, aprovada em reunião de Câmara do dia 29-09-2015. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1.1. - Penela Race Events Club

- III Edição Rally da Pampilhosa da Serra - 7 e 8 de novembro de 2015

----- Na sequência do pedido formulado pela Penela Race Events Club, bem como do parecer em anexo da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting sobre a realização do evento em epígrafe, foi presente uma informação do Serviço de Secretaria a informar que nada obsta à emissão de Licença, desde que sejam reunidas as condições de acordo com os pareceres das entidades auscultadas, nomeadamente a GNR. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Conselho Municipal de Segurança

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Jurídicos, relativa ao enquadramento legal dos Conselhos Municipais de Segurança. -----

----- Analisada a informação e a proposta de Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança de Pampilhosa da Serra, para efeitos do cumprimento do disposto na Lei nº 33/98, de 18 de julho, alterada pela Lei nº 106/2015, de 25 de agosto, nos termos da al. ccc) do nº 1 do artº 33º e da al. i) do nº 2 do artº 25º Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (atenta a sua redação em vigor) a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a criação do Conselho Municipal de Segurança de Pampilhosa da Serra e propor à Assembleia Municipal a fixação da respetiva composição, bem como a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

aprovação do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança de Pampilhosa da Serra. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - RECURSOS HUMANOS

2.3.1 - Carreira Contributiva de Beneficiário 12045847644 - José Alberto Pacheco Brito Dias - Integração no Regime Geral da Segurança Social

----- Foi presente uma Informação do Sr. Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Pedro Pereira Alves, do seguinte teor: -----

----- QUADRO FACTUAL: -----

----- 1 - Desde outubro de 2005, os Serviços Competentes do Município, procederam à entrega das declarações de remunerações, do atual Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Alberto Pacheco Brito Dias, à data, Vereadora a tempo inteiro, na Caixa Geral de Aposentações, efetuando o pagamento das quotas do beneficiário e da entidade (Município) àquela instituição. -----

----- 2. Este procedimento, decorreu, por manifesto lapso dos Serviços, até março de 2014, data em que o Sr. Presidente da câmara Municipal passou a ser integrado no Regime Geral da Segurança Social, procedendo-se a partir daí à entrega das declarações de remunerações e pagamentos das quotas e contribuições em conformidade. -----

----- 3 - O lapso dos Serviços ficou a dever-se, certamente, ao facto de não se ter dado conta que o beneficiário e contribuinte passou à situação de pensionista e optou pela remuneração mensal recebida da autarquia. -----

----- 4 - No momento em que se aperceberam da existência, de tal lapso, que se prolongou desde outubro de 2005 até fevereiro de 2014, procederam à regularização da situação, com a integração o beneficiário no Regime da Segurança Social, o que sucedeu em março de 2014. -----

----- 5 - Nessa sequência foi apresentado na Caixa Geral de Aposentações o pedido de restituição de quotas e contribuições do beneficiário visado. -----

----- 6 - A Caixa Geral de Aposentações, através de ofícios, datados de 9/05/2014 e 14/08/2014, rececionados em 22/5 e 25/9 nos Serviços do Município, informaram que por despachos de 18/03/2014 e de 31/07/2014, foram autorizadas as devoluções de €15.313,94 relativa às quotas do período de 2005-10 a 2009-10 e €21.934,73 relativas às contribuições e de €18.511,69 respeitantes às quotas e €28.881,00, respeitantes às contribuições de entidade, relativas ao período de 2009-11 a 2014-02. -----

----- 7 - Estes valores, no total de €84.641,36, vieram a ser creditados em conta bancária do Município. -----

----- 8 - Após a verificação e regularização deste lapso, foi estabelecida diversa correspondência entre os Serviços do Município e da S. Social, por forma a adotarem-se as formalidades e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

procedimentos ajustados a regularizar a situação contributiva do beneficiário, de forma a não haver prejuízo na sua carreira contributiva. -----

----- 9 – Em ofício de 30/09/2015, emanado dos Serviços da S. Social, endereçado ao Município, são prestados os esclarecimentos julgados necessários. -----

----- 10 – Assim, relativamente ao período temporal com menos de 5 anos, ou seja de fevereiro de 2009 a março de 2014, aconselhavam-se os Serviços do Município a proceder à entrega das declarações de remuneração, tal qual têm vindo a fazer desde março de 2014, de forma a regularizar a situação, na base da taxa contributiva de 34,75€, não se aplicando a taxa reduzida do artigo 89º do C. dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de S. Social, pelo facto do beneficiário, exercer uma atividade profissional cumulativa com a pensão, daí redundando a suspensão desta última. -----

----- 11 – Relativamente ao período temporal com mais de cinco anos, informa a S. Social, que o preenchimento do formulário adequado implica a instrução de um processo administrativo e do seu deferimento, não implicando a entrega de declaração de remunerações por parte da entidade patronal, pois os salários em causa serão registados em histórico do beneficiário (procedimento especial). -----

----- 12 – Esclarecem, a esse propósito os serviços da S. Social que o requerimento a apresentar pode ser da iniciativa da entidade patronal ou do trabalhador, em conformidade com o disposto no artigo 254º e segs. do C.R.C.S.P.S.S., sendo responsável pelo pagamento das contribuições que vierem a ser apuradas, na base da taxa contributiva 22,7% (calculado nos termos dos artigos 258º nº 2 e 260º nº 2 do mesmo Código) quem subscreve e assina o requerimento. -----

----- 13 – Com esta explicação, foi junto um cálculo meramente informativo. -----

----- 14 – Os Serviços da Segurança Social, esclareceram ainda que o período temporal com mais de 5 anos, caso venha a ser pago, será contabilizado para futuras prestações diferidas, desde que preenchidos os requisitos de acesso à data do requerimento. -----

----- 15 – A título complementar esclarecem que, nesta data, o prazo de garantia para acesso a uma reforma de invalidez é de 5 anos civis, seguidos ou interpolados e para reforma por velhice é de 15 anos civis. -----

----- 16 – No caso concreto, o beneficiário, para poder ver a sua pensão majorada no futuro, com base no pagamento das quotas relativas ao período temporal com mais de 5 anos, terá que cumprir os dois requisitos de acesso, à data do requerimento, ou seja: -----

----- a) Para acesso à reforma de invalidez o prazo mínimo é de 5 anos civis ou interpolados, com registo de remunerações; -----

----- b) Para acesso a uma reforma por velhice o prazo mínimo é de 15 anos, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, tendo direito ao reembolso de quotizações, na eventualidade de não vir a ser preenchido o prazo até aos 70 anos de idade. -----

----- 17 – Os Serviços competentes do Município elaboraram, um mapa para pagamento/transferência de quotas da C.G.A, para a Segurança Social. -----

----- 18 – Discriminam-se nesse mapa as contribuições e quotas pagas à C.G. de Aposentações e a S. Social, desde outubro de 2005 a fevereiro de 2014, especificando-se a base de incidência, as



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

taxas aplicadas e os valores das contribuições mensais. -----

----- 19 - O valor global das contribuições e quotas pagas à C.G.A., naquele período foi de €84.786,44. -----

----- 20 - O valor global a pagar à S. Social, em conformidade com as taxas em vigor seria de €98.639,41, sendo €74.910,62 da entidade patronal e €23.728,80, do trabalhador, sendo que a quotização de 10/2005, 01/2009 não foi considerada por estar prescrita e não ser exigível. -----

----- 21 - No mapa resumo final, estabelece-se o apuramento de diferencial para a S. Social, concluindo-se que existe um diferencial para menos de €24.027,78, de contribuições da entidade patronal sendo - €10.614,16, referente ao período de 10/10 de 2005 a 01/2009 e - €13.413,62, referente ao período de 02/2009 a 02/2014 e de €12.368,87 de contribuições do trabalhador referente ao período de 10/2005 a 01/2009 e - €2.194,07, respeitante ao período de 02/2009 a 02/2014. -----

----- 22 - Assim, de acordo com o apuramento de diferença para a S. Social, há um saldo a favor do beneficiário de €10.174,80. -----

----- 23 - Este saldo resulta da diferença de €12.368,87, que foi paga à Caixa G. de Aposentações e €2.194,07, respeitantes às diferenças de taxas de 10% e 11% aplicadas por cada uma daquelas Instituições. -----

----- PELO EXPOSTO e perante o quadro factual e legal supra, parece-me que o principal prejudicado com este lapso manifesto dos Serviços, foi o beneficiário, atual Presidente da Câmara Municipal, porquanto a partir de outubro de 2005 deveria ter sido integrado no Regime de S. Social, devendo a sua entidade patronal processar, liquidar e pagar todos os valores que fossem devidos à S. Social. -----

----- Não o fazendo e continuando a processar os descontos para a C.G. de Aposentações, o beneficiário, que tinha a sua pensão suspensa, por força da cumulação de outras funções públicas, viu goradas as expectativas legítimas de ver majorada a sua pensão com os descontos que deveriam ter sido realizados. -----

----- Neste momento, acaba por ficar dependente da apresentação de um requerimento, de acordo com as regras estabelecidas no artigo 254º e segs. do C.R.C.S.P.S.S. e da instrução de um processo e da sua apreciação e deferimento, para que as remunerações recebidas desde outubro de 2005 a fevereiro de 2014 possam ser registada no seu histórico. -----

----- Por outro lado, de acordo com a lei em vigor, que entretanto, pode ser alterada, o prazo de garantia para acesso a uma reforma de invalidez é de 5 anos e para uma reforma por velhice é de 15 anos civis no mínimo, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações (aos 66 anos de idade). -----

----- Só findo o processo é que se poderá avaliar qual o prejuízo emergente desta situação anómala para o beneficiário. -----

----- Tratando-se de um lapso dos Serviços, e não se vislumbrando prejuízo para o Município, se todos os formalismos e procedimentos legais tivessem sido cumpridos, sou de opinião, que deve ser o Município, através do seu Órgão executivo a assumir a responsabilidade e a tomar a iniciativa do requerimento referente ao período temporal com mais de 5 anos (outubro de 2005 a fevereiro de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

2009) bem como a regularização do período temporal com menos de 5 anos (fevereiro de 2009 a fevereiro de 2014). -----

----- Por outro lado, uma vez que a taxa a pagar à Segurança Social relativa ao período de outubro de 2005 a fevereiro de 2009 é única e de 22,70%, precisamente à taxa paga à data pela entidade patronal para a Segurança Social, parece-me justo, razoável e legal que os valores referentes àquele período de 2005 a 2009 devolvidos ao Município e respeitantes aos descontos do beneficiário (10%) lhe sejam entregues no valor supra liquidado, de €10.174,80. -----

----- Foi presente uma Informação da Secção Administrativa - Recursos Humanos, sobre o assunto em apreço, do seguinte teor: -----

----- “No seguimento do pedido de restituição de quotas, apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias, à Caixa Geral de Aposentações, no período de 10/2005 a 02/2014, cumpre-me informar que os valores respetivos foram devolvidos, por essa entidade, em dois períodos distintos, conforme ofícios em anexo. -----

----- Para integração do subscritor no Regime Geral da Segurança Social têm que ser devolvidas, essas verbas, à Segurança Social, também, em circunstâncias distintas: -----

----- 1º - Com base no esclarecimento apresentado pela Segurança Social, o período de 10/2005 a 01/2009, considerado tempo com mais de 5 anos (Contribuições prescritas), terá que ser requerido, por modelo próprio, à Segurança Social, sujeito ao seu deferimento. -----

----- A esse período de contribuições é aplicada a taxa de 22,70%, valor que é da responsabilidade do requerente. -----

----- 2º - Relativamente ao período de 02/2009 a 02/2014, considerado período com menos de 5 anos, serão entregues as declarações de remunerações, como é hábito mensalmente. -----

----- A esse período de contribuições serão aplicadas as taxas em vigor nessa data, em que parte é encargo da entidade e a outra é do trabalhador. -----

----- Para efeitos de apuramento de verbas, devolvidas e a suportar pela entidade e trabalhador, junto mapas respetivos: -----

Mapa 1

QUOTAS PARA A CGA			
	Devolução de verbas	Apuramento na conta corrente	Diferença
Entidade	50.815,73 €	50.882,84 €	-67,11 €
Subscritor	33.825,63 €	33.903,60 €	-77,97 €
TOTAL:	84.641,36 €	84.786,44 €	-145,08 €



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

1 - Contribuições param o Regime Geral da Segurança Social no período de 02/2009 a 02/2014: -----

Mapa 2

	ENTIDADE	TAXA %	TRABALHADOR	TAXA %	TOTAL
CGA	33 419,65€	15 / 20 / 23,75	21 534,73€	10 / 11	54 954,38€
SEG. SOCIAL	46 833,27€	20,60 / 22,30 / 23,75	23 728,80€	11,00	28 077,34€
DIFERENÇAS:	-13 413,62€		-2 194,07€		-15 607,69€

2 - Contribuições param o Regime Geral da Segurança Social no período de 10/2005 a 01/2009: -----

Mapa 3

	ENTIDADE	TAXA %	TRABALHADOR	TAXA %	TOTAL
CGA	17.463,19 €	10 / 13 / 15	12.368,87 €	10	29.832,06 €
SEG. SOCIAL	28.077,34 €	*22,70	0,00 €	0,00	28.077,34 €
DIFERENÇAS:	-10.614,16 €		12.368,87 €		-1 854,71€

*Taxa aplicada ao requerente

----- Face ao exposto e tendo presente as informações do Sr. Consultor Jurídico da Autarquia, datada de 21 de outubro do corrente ano e a informação da Secção Administrativa - Recursos Humanos, datada de 22 do corrente mês, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- 1. Período de 02/2009 a 02/2014; -----

----- a) - Proceder ao pagamento da importância de 46.833,27 € à Segurança Social, correspondente aos encargos da entidade patronal; -----

----- b) - Proceder ao pagamento de 21.534,73 €, acrescido da importância de 2.194,07 €, no total de 23.728,80 € à Segurança Social, satisfeita que seja a liquidação da referida verba do trabalhador, Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias. -----

----- 2. Período de 10/2005 a 01/2009; -----

----- a) - Proceder à restituição da verba de 12.368,87 € respeitante ao encargo do trabalhador, Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias; -----

----- b) - O Serviço de Recursos Humanos, de acordo com as regras estabelecidas no artigo 254º e segs. do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, proceda à elaboração de Requerimento e respetiva Instrução; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- c) - Mais deliberou que, obtido que for o deferimento e o reconhecimento do período de 10/2005 a 01/2009, por parte dos Serviços da Segurança Social, do quantitativo a suportar pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra à referida Instituição, seja novamente sujeita a deliberação, para posterior pagamento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 22 de outubro de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.174.775,26 € (Um milhão cento e setenta e quatro mil setecentos e setenta e cinco euros e vinte e seis centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 237.846,33 € (duzentos e trinta e sete mil oitocentos e quarenta e seis euros e trinta e três centimos), num total de 1.422.382,93 € (Um milhão quatrocentos e vinte e dois mil trezentos e oitenta e dois euros e noventa e três centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 - GAL - Pinhais do Zêzere

- Ratificação da Aceitação para integrar o Órgão de Gestão do GAL - Pinhais do Zêzere

----- Na sequência da realização da Assembleia Geral de Parceiros do Grupo de Ação Local, GAL - Pinhais do Zêzere no passado dia 7 de outubro, no Salão Nobre do Município de Pedrógão Grande, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a aceitação de integração do Município de Pampilhosa da Serra no Órgão de Gestão do GAL - Pinhais do Zêzere, e a designação do seu representante no Órgão de Gestão, o Sr. Presidente do Município, José Alberto Pacheco Brito Dias. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

- Regularização de Valores em dívida - EPI's



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um ofício da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a comunicar que há necessidade de proceder à arrecadação de toda a receita disponível para cobrança, nomeadamente a relacionada com a comparticipação dos Municípios associados: quotizações e comparticipações em projetos supramunicipais. Pelo que, vem solicitar a regularização da situação referente à comparticipação no âmbito da Aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual, no valor de 2.839,65 €. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a CIM – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a importância de 2.839,65 €. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.4 – Transferência dos Valores de Cauções de Água

----- Foi presente uma Informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando a informação enviada pela Secção de Águas aos Serviços Financeiros, em 09 de outubro de 2015, e tendo verificado que os valores respeitantes às cauções se encontram registados na conta de operações e tesouraria no montante de 1 272,66€, e tendo em conta que não foi possível associar prestador de caução, propõe-se que os mesmos sejam transferidos para a conta Orçamental do Município. (Anexo informação dos serviços da secção de águas). -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4- DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1 – GABINETE DE APOIO AO MUNICIPE E EMPRESÁRIO

4.1.1 – Carta de Parceria – SMART MOUNTAINS

- RUDE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

----- Foi presente um e-mail da RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural, com sede na Rua Conde da Ericeira – Antiga Casa dos Magistrados (Junto ao Tribunal Judicial) 6200-086 Covilhã, a comunicar que, no âmbito do projeto SMART MOUNTAINS a candidatar ao Programa de Cooperação Territorial INTERREG SUDOE e no



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

seguimento de contactos anteriores, remetem minuta de Carta de Parceria, cuja assinatura apenas consiste numa manifestação de interesse por parte do Município em associar-se ao projeto, e fará parte integrante da Proposta de Projeto a apresentar à 1ª fase da convocatória ao cofinanciamento do Programa Interreg Sudoe. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade manifestar interesse, por parte do Município, em associar-se ao projeto SMART MOUNTAINS. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar a competente Carta de Parceria. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

5.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS - GABINETE DE PROJETO

5.1.1 - GRZ - Grande Rota do Zêzere - Pedido de reembolso de despesas

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos - Gabinete de Projeto, do seguinte teor: -----

----- “ A despesa apresentada é referente ao projeto em execução da GRZ, conforme documentos de despesa respetivos em anexo, referentes ao auto nº 88 (8º auto referente aos trabalhos desenvolvidos no município de Pampilhosa da Serra), cujo valor total é de 942.33 euros e encontrando-se os originais incluídos no respetivo Pedido de Reembolso. -----

----- Deverá o Município de Pampilhosa da Serra remeter ao Município de Figueiró dos Vinhos o valor de 141.35 euros, correspondente a 15% do valor da fatura, isto é, do investimento realizado no concelho e validado pelos Técnicos municipais, deduzido o montante de comparticipação a remeter pelo Maiscentro (85%, isto é 800.98 euros), no seguimento da reprogramação financeira atrás mencionada. -----

----- Após deslocação ao local da obra, no mês de setembro de 2014, verificou-se que os trabalhos descritos nos autos de medição, anexo à presente informação, se encontram executados. -----

----- Autos nº88 - 888.99 € -----

----- A somar - 6% IVA - 53.34 € -----

----- Total dos autos nº 88 - 942.33 € -----

----- Valor a pagar - Câmara Municipal (15% do valor da fatura): 141.35 € (cento e quarenta e um euros e trinta e cinco cêntimos) -----

----- Para o efeito deve ser efetuada a respetiva transferência bancária para a conta NIB 0035 0324 00001685030 84, conforme documento anexo. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2 – SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

5.2.1 – Proposta de Revisão do Zonamento (artigo 62º do CIMI)

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ De acordo com o artigo 62º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI) a Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos (CNAPU), com base em propostas dos peritos locais e regionais, deve propor trienalmente, até 31 de outubro, o zonamento e respetivos coeficientes de localização, as percentagens a que se refere o n.º 2 do artigo 45º do CIMI (valor patrimonial tributário dos terrenos para construção) e as áreas da sua aplicação, bem como os coeficientes majorativos aplicáveis às moradias unifamiliares. -----

----- A proposta de revisão do zonamento efetuada pelo perito local responsável pela área do Município de Pampilhosa da Serra, com a colaboração do perito regional coordenador e do interlocutor municipal, encontra-se concluída, sendo solicitado que sobre a mesma se pronuncie a Câmara Municipal. -----

----- De acordo com as reuniões ocorridas entre o perito local e o interlocutor municipal, das quais se anexam as respetivas atas, e no seguimento das orientações emanadas pela Direção dos Serviços de Avaliações e das reuniões de peritos a nível regional, neste novo zonamento é proposto, para as afetações Comércio, Serviços e Terrenos, evitar a criação de “microzonas” (eliminando as existentes), com o mesmo valor unitário de mercado ou com valores próximos, evitando coeficientes de localização diferentes para realidades idênticas. Entendeu-se também que, para as diferentes afetações, excluindo a habitação, nas zonas em que o mercado é deprimido ou inexistente, não faz sentido, criar situações hipotéticas de coeficientes de localização diferentes, quando a existência de “prédios-tipo”, em determinadas afetações, é residual ou nula. -----

----- Verificou-se também que, na prospeção de mercado efetuada pelo perito local, a nível de serviços, excluindo a vila de Pampilhosa da Serra, os prédios existentes não são “prédios-tipo”, estando esta afetação, na maioria dos casos, associada a lares, centros de dia, igrejas e capelas, associações culturais/recreativas, etc. Relativamente ao comércio, excluindo também a sede do concelho, constata-se a sua não existência, ou existência pontual/residual, nalguns aglomerados urbanos, não sendo no entanto possível arranjar amostras em número suficiente para justificar a atribuição de coeficientes de localização diferentes da grande mancha territorial com coeficiente de localização de 0,4. -----

----- Assim, atendendo ao acima exposto, a nova proposta de zonamento, que poderá ser



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

consultada em <https://zonamentopf.portaldasfinancas.gov.pt>, mantém inalterados os coeficientes de localização existentes para a afetação Habitação e Indústria, propondo alterações dos coeficientes para as afetações Comércio e Serviços e das percentagens relativas ao valor patrimonial tributário dos terrenos para construção, conforme se resume na tabela seguinte: -----

HABITAÇÃO	Coeficiente de Localização	
	VALOR ATUAL	VALOR PROPOSTO
Pampilhosa da Serra (área da vila)	0.7	0.7
Aglomerados populacionais de maior expressão/dimensão	0.45	0.45
Restantes áreas do município	0.4	0.4
INDÚSTRIA	Coeficiente de Localização	
	VALOR ATUAL	VALOR PROPOSTO
Pampilhosa da Serra (área da vila)	0.5	0.5
Restantes áreas do município	0.4	0.4
COMÉRCIO	Coeficiente de Localização	
	VALOR ATUAL	VALOR PROPOSTO
Pampilhosa da Serra (área da vila)	0.6	0.6
Aglomerados populacionais de maior expressão/dimensão	0.5	-
Restantes áreas do município	0.4	0.4
SERVIÇOS	Coeficiente de Localização	
	VALOR ATUAL	VALOR PROPOSTO
Pampilhosa da Serra (área da vila)	0.6	0.6
Aglomerados populacionais de maior expressão/dimensão	0.45	-
Restantes áreas do município	0.4	0.4
TERRENOS	Coeficiente de Localização	
	VALOR ATUAL	VALOR PROPOSTO



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Pampilhosa da Serra (área da vila)	20	20
Aglomerados populacionais de maior expressão/dimensão	17	-
Restantes áreas do município	15	15

----- Neste sentido propõe-se a aprovação do novo zonamento e respetivos coeficientes de localização, percentagens a que se refere o n.º 2 do artigo 45º do CIMI (valor patrimonial tributário dos terrenos para construção) e as áreas da sua aplicação, devendo ser dado conhecimento à Direção de Serviços de Avaliações da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

----- À consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, devendo ser dado conhecimento à Direção de Serviços de Avaliações da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

6.1 - EDUCAÇÃO

6.1.1 - Proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB 2015/2016

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Junto se remete, para aprovação, proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB 2015/2016, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra e a Cáritas Diocesana de Coimbra. -----

----- Este documento tem como objetivo definir os termos e as condições das partes no que concerne ao acompanhamento dos alunos nas eventuais ausências dos docentes/dinamizadores das AEC, bem como as condições necessárias para a execução das mesmas aquando destas ausências. --

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto de depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

6.2 - EDUCAÇÃO / PROJETO EPIS

6.2.1 - Atribuição da Bolsa Social EPIS 2014

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação / Projeto EPIS, do seguinte teor: -----

----- " De acordo com os critérios de seleção de atribuição das Bolsas Sociais EPIS2014, aprovados em reunião de Câmara no dia 30 de março de 2015, serão candidatos à referida bolsa os alunos que reúnam os seguintes critérios: -----

----- 1. Frequentar o 10º ano do Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra; -----

----- 2. Ter frequentado o 9º ano de escolaridade, no ano letivo 2014/2015, no Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra; -----

----- 3. Ter aprovação a todas as disciplinas do 9º ano, no final do ano letivo 2014/2015; -----

----- 4. Ter a média curricular mais alta no final do 9º ano, no ano letivo 2014/2015. -----

----- Assim, a aluna Maria Inês Miguens da Fonseca é a que apresenta os critérios propostos, uma vez que está atualmente matriculada na Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra no 10º ano de escolaridade e que, no ano letivo 2014/2015, esteve matriculada na referida escola no 9º ano com aprovação a todas as disciplinas e com a média curricular mais alta (4,7). ---

----- Desta forma, propõe-se que a atribuição da Bolsa Social EPIS seja feita à referida aluna considerando que cumpre os requisitos identificados. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- Nos termos do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a reunião foi pública, de acordo com o preceituado no artigo acima referenciado, não tendo estado presente qualquer munícipe. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----


